

PLANO DE GOVERNO

Federação Brasil da Esperança
2025 - 2028 | Socorro/SP



PLANO DE GOVERNO

Federação Brasil da Esperança - PT

Professora Claudete e Mayara Nardes

SOCORRO/SP

Administração 2025-2028

-

INOVAR E CUIDAR

Os dois governos do Presidente Lula (2002 e 2006) e dois seguintes da Presidenta Dilma (2010 e 2014) — violentamente interrompido pelo golpe de 2016 que a impediu de continuar sua gestão, por meio de uma manobra política — fundamentaram a “arte de governar” em dois termos chaves em face à realidade brasileira: **cuidar e inovar**.

O terceiro mandato do Presidente Lula (2023-2026) está carregado destes termos por dois grandes motivos: "nunca antes na história deste país" tivemos um período tão nefasto não só de violência política mas, de cultivo do sentimento de **ódio entre o povo brasileiro**. As nossas diferenças e diversidades, tão ricas em nossa cultura e que marcam a nossa identidade para dentro e fora do nosso país, foram substituídas pela intolerância, pelo ódio e violência às mulheres (misoginia), ao povo negro (racismo ainda mais forte), à comunidade LGBTQIAP+, aos povos tradicionais (quilombolas e indígenas), aos pobres, mendigos, moradores de rua, moradores das periferias e favelas das grandes cidades brasileiras. Sem contar a tragédia que foi como o governo “lidou” com a pandemia da COVID-19: descaso, fake news, deboche e um ataque intenso às ciências de uma maneira geral, em particular às Ciências da Saúde.

O nosso terceiro mandato, que engloba a representação de diversos setores políticos, sociais, econômicos e da nossa diversidade social e cultural tem o compromisso com a retomada do Desenvolvimento Econômico com inclusão social, cidadania, eliminação da fome e da miséria, defesa dos povos tradicionais e do nosso patrimônio natural (nossos biomas).

Contudo, aprendemos e o Presidente Lula faz este apelo a toda a nossa militância que deixe claro que o ato de governar é, antes de tudo, cuidar das pessoas. Sem distinção. E com muita amorosidade e valorização da importância que tem a vida de cada brasileiro e brasileira.

O governante não é um burocrata, que pensa a realidade social, econômica e política a partir de números. Ele(a) precisa ver que em cada ato que realiza em sua função de liderança de uma nação, um Estado ou município, cada pessoa importa em seu processo de tomada de decisão. Porém, sem perder de vista quem o elegeu, com quem ele(a) se comprometeu em sua campanha.

O PT é o partido que mais reuniu experiências em gestão pública, em capacidade de governar para reduzir a fome, a miséria e a violência de todas as formas. O PT é o partido que sempre privilegiou, dentro dos limites em que as condições políticas reais nos permitiu, orientar nossos programas de governo como foco nos trabalhadores e trabalhadoras, agricultores familiares, negros e negras, adolescentes, crianças, idosos, indígenas, etc. É com essa bagagem que apresentamos à população socorrense nosso Programa de Governo (2025-2028).

Queremos cuidar da população socorrense como ela merece: respeitando suas diferenças, sua história, suas tradições, mas com dignidade, sabedoria, respeito, cuidado e inovação.

Cuidar é incluir as pessoas garantindo uma vida digna, justa e solidária.

Inovar é criar mecanismos, instrumentos, ações, projetos e programas de governo em áreas em que a população socorrense mais sofre e que dificultam o desenvolvimento do bem estar de cada família, em particular aquelas excluídas dos direitos mínimos de cidadania, que uma parcela já usufrui.

CUIDAR

São 6 (seis) linhas de cuidados prioritários a serem realizadas nos 4 anos de nosso Governo:

- (1) **Cuidar da População Idosa:** (a) criar novos serviços de saúde integral dirigidos à população idosa a partir dos 60 anos de idade. Os serviços serão complementares aos já existentes nos bairros das zonas rurais (UBS). Essas Unidades de Referência à Saúde da Pessoa Idosa contarão com profissionais Geriatras, Terapeutas Ocupacionais, Acupunturistas, Fisioterapeutas, Educadores Físicos e Psicólogos; (b) desenvolver nos Centros de Saúde Integrados atividades de convivência social com diversas práticas integrativas tais como: atividades físicas (ACADEMIA DA SAÚDE), recreativas, de danças, musicais, jogos, de trabalhos artesanais em consonância com outras gerações; (c) oferecer serviços de apoio aos Direitos da Pessoa Idosa fortalecendo a parceria com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); (d) criar o Núcleo Participativo da Pessoa Idosa nos bairros e/ou regiões da cidade para discutir diretamente com o poder público a avaliação das ações da prefeitura voltadas à melhoria de qualidade de vida dos Idosos, a revisão das ações e orçamento anual, bem como a proposição de novas propostas; (e) criar o Programa Municipal de Saúde da População Idosa no âmbito da Conferência Municipal de Saúde a ser realizada em 2025; (f) criar os mecanismos públicos para a implantação de Instituições de Longa Permanência para os Idosos; (f) cumprir a legislação que garante reservas de habitação popular para pessoas idosas em condições de vulnerabilidade no âmbito dos Programas Minha Casa, Minha Vida e CDHU.
- (2) **Cuidar das Mulheres:** (a) Fortalecer a Rede Protetiva às Mulheres Vítimas de Violências ampliando o número de profissionais no atendimento e vinculados, tais como: psicólogas, enfermeiras, advogadas, assistentes sociais, policiais femininas (GCM) e terapeutas ocupacionais. (b) criar a Casa Abrigo, de Acolhimento e Fortalecimento das Mulheres vítimas de Violências com espaço para acolhimento dos filhos e filhas em caso de não ter responsável que deles cuide e para evitar a separação materna; (c) criar o Programa Municipal Integrado de Combate à Pedofilia, à Violência contra Crianças e Adolescentes e de Prevenção ao Abuso Sexual Infantil e de

Adolescentes; (d) estimular o empreendedorismo feminino criando o Programa na Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares, Tecnologias Sociais e Empreendedorismo Social (e) criar nas unidades de Saúde políticas públicas de cuidado social e psicológico às cuidadoras e mantenedoras de pessoas idosas, crianças e de pessoas com deficiência; (e) criar o Conselho Municipal para a Participação e Políticas para as Mulheres “Mulheres por Socorro”; (f) ampliar a oferta de serviços às mulheres no Centro de Referência da Saúde da Mulher com o aumento de profissionais médicos comprovadamente especializados em Ginecologia, etc.

- (3) **Cuidar das Crianças, Adolescentes e Juventudes:** (a) criar nas regiões rurais Centros de Cultura Popular com o objetivo de desenvolver atividades recreativas, educativas e de CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAL em parceria com Conselho Municipal de Cultura; (b) ampliar o número de profissionais de saúde no Instituto da Criança, em particular pediatras, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e nutricionistas; (c) criar nas Unidades de Saúde existentes o Núcleo de Saúde Mental Infanto-Juvenil e de Segurança Alimentar com o objetivo de atender as crianças com quadros de ansiedade e de depressão, automutilação e ideação suicida e melhoria dos níveis de Segurança Alimentar em parceria com as Escolas Públicas Municipais e Estaduais e os empreendimentos da Agricultura Familiar (Programa Alimentação Saudável dos Estudantes); (d) criar os Núcleos InfantoJuvenis de Educação Ambiental e de Preservação da Mata Atlântica em parceria com as ONG's de nossa cidade; (e) criar campeonatos de jogos adaptados para crianças do Ensino Fundamental I; (f) fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os Conselhos Tutelares, ampliando de forma transparente e participativa a presença da sociedade civil nestes conselhos; (g) Implementar cursos pré-vestibular popular/comunitário, cursos de idiomas extracurriculares e comunitários, cursos técnicos de tecnologia, robótica, programação de computadores, desenvolvimento de jogos e criação de aplicativos. Viabilização de parcerias para a realização de intercâmbios com contrapartida social; (h) criar o projeto “Escola de Todos”, visando estreitar os laços entre famílias e escola; (i) combater a pobreza menstrual com distribuição gratuita de absorventes higiênicos; (j) criar Programa Municipal de Incentivo a Atletas de diferentes modalidades, preparando-os para competições profissionais e semiprofissionais.

- (1) **Cuidar da População com Deficiências Físicas e Mentais (PCD's):** (a) criar um Centro de Referência à População com diversos tipos de transtornos físicos e mentais (PCD's), que tenha como objetivos: (*) atender às respectivas famílias no esclarecimento, orientação e acolhimento de suas dúvidas e necessidades no que diz respeito aos direitos de PCD's, em particular sobre os deveres do Município (leis municipais); (*) fornecer orientação psicossocial às famílias e cuidadores/as de PCD's; (*) oferecer serviços de saúde integrada na forma de Centro Dia das Pessoas com Deficiência, com profissionais nas áreas de neuropediatria, neuropsicologia, psiquiatria infantil, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, enfermeiras, profissionais voltados à saúde bucal; (b) capacitar profissionais da saúde de setores de urgência e emergência (PA e Santa Casa) no acolhimento aos PCD's, da triagem ao atendimento ambulatorial; (c) criar residências inclusivas para jovens e adultos em situação de dependência, isto é, sem condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.; (d) criar o Plano Municipal de **Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência** no âmbito da Conferência Municipal de Saúde em 2025; (e) aderir ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite; (f) capacitar os Conselheiros Tutelares na temática de Promoção de Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência para apoio à intervenção em situações de violência e de violações de direitos; (g) adequar todo o transporte escolar e urbano às pessoas com deficiência; (h) criar parcerias com os diversos setores econômicos para abertura de vagas para pessoas com Deficiência ou reabilitadas pelo INSS.
- (2) **Cuidar da População LGBTQIAP+:** (a) criar protocolos de Saúde da População LGBTQIAP+ com objetivo de evitar constrangimentos referentes ao uso do nome social nas unidades de saúde públicas e privadas, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde; (b) criar o Plano Municipal de Saúde da População LGBTQIAP+ no âmbito da Conferência Municipal de Saúde de 2025; (d) capacitação das equipes multidisciplinares das UBSs e demais unidades de saúde (média e alta complexidade) para lidar com as demandas específicas da população LGBTQIAP+; (e) criar Casa Abrigo para pessoas LGBTQIAP+; (f) criar espaços de acolhimento e convivência para a população LGBTQIAP+; (g) criar a Coordenadoria de Cidadania e Diversidades com orçamento próprio juntamente com o Conselho Municipal de Políticas LGBTQIAP+; (h) estimular o empreendedorismo voltado à população LGBTQIAP+ no âmbito do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Tecnologias Sociais e

Empreendedorismo Social; (i) criar plano integrado de combate à LGBTfobia, envolvendo a educação, saúde, segurança, oportunidades de emprego e leis de proteção à comunidade.

- (3) **Cuidar da População Negra e Indígena:** (a) criar Núcleo de Pesquisa Histórica da Presença da População Negra e Indígena nas origens de Socorro; (b) Criar Casa da Ancestralidade Negra e Indígena Lino Guedes e incluí-la no roteiro turístico da cidade; (c) criar no âmbito do Conselho Municipal de Cultura o Núcleo de Cultura Negra e Indígena destinada a fomentar projetos de recuperação das tradições musicais, literárias, artísticas, artesanais e gastronômicas da cidade de Socorro; (d) criar o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial e a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial; (e) garantir o cumprimento da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 nos currículos municipais, como instrumentos para uma educação que valoriza a cultura africana e indígena; (f) criar Programa de Educação Antirracista nas escolas públicas municipais, da creche ao Ensino Fundamental.

INOVAR

São 5 (cinco) linhas de inovação a serem realizadas durante 4 anos de nosso Governo:

- (1) **Inovação em Gestão Participativa:** (a) instituir o Orçamento Participativo com o objetivo de aproximar cada vez mais a população dos processos de uso do orçamento público (receitas e despesas); (b) fortalecer o conjunto dos Conselhos Municipais existentes ampliando sua representatividade, participação e controle social sobre suas respectivas políticas; (c) criar os Núcleos Regionais de Participação Comunitária com o objetivo de discutir e deliberar sobre o Orçamento Participativo, fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários, do cumprimento e da qualidade do conjunto dos serviços prestados pela Prefeitura; (d) criar e implementar um amplo Programa de Capacitação para Conselheiros Municipais atuais e futuros visando a promoção de formação continuada à população interessada em representar a sociedade civil ou o poder público dentro de um Conselho gestor de políticas públicas; (e) ouvir a população com relação a suas necessidades, a

compatibilidade dos projetos do Executivo com as necessidades reais da população por meio de enquetes, com questionário direcionado.

- (2) Inovação em Políticas Ambientais:** **(a)** criar o Programa Mais Natureza em Socorro voltado para a recuperação da Mata Atlântica em nosso território; **(b)** criar um amplo movimento de Compostagem Doméstica por meio de Fóruns Descentralizados em todas as regiões da cidade com o apoio de AGENTES JUVENIS PELA COMPOSTAGEM (Programa Oportunidade aos Jovens e Voluntariado Juvenil); **(c)** Implantar o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) com foco nos produtores rurais que fazem conservação de vegetação nativa e conservação de solo, além de tratamento do esgoto da propriedade; **(d)** criar a Política Pública Municipal de Proteção aos Animais de forma participativa, sob coordenação das Secretarias Municipais do Meio Ambiente e da Saúde (Vigilância em Saúde) e apoio do CONDEMA.
- (3) Inovação Tecnológica:** **(a)** colocar pontos de internet em locais públicos (zona urbana e rural) em sistema de Parceria Público Privada (PPP) com as empresas locais; **(b)** utilizar a Inteligência Artificial para integrar toda a administração pública, visando a rapidez nos processos de tomada de decisão, a utilização necessária e correta dos recursos públicos (financeiro e humano) e, sobretudo, a transparência para a população socorrense; **(c)** aquisição de sistema de drones integrados à Inteligência Artificial para as áreas de Segurança Pública, Saúde, Meio Ambiente e Fiscalização; **(d)** GPS nos transportes públicos para transparência dos serviços prestados e melhor acompanhamento da população que poderá acompanhar horários de ônibus, por exemplo.
- (4) Inovação em Desenvolvimento Sustentável:** **(a)** criar a INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES, TECNOLOGIAS SOCIAIS E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, com foco em uma nova matriz de desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável; **(b)** criar o Programa Oportunidade aos Jovens Desempregados combinando a formação profissional, o empreendedorismo social e o apoio à renda familiar priorizando os grupos sociais inscritos no Bolsa Família, em famílias em que a mulher e/ou os jovens estão na condição de arrimo de família; **(c)** criar Câmaras Setoriais Participativas para desenvolvimento e implementação de Projetos Econômicos Sustentáveis nas áreas de Agricultura Familiar, Turismo Sustentável, Comércio Responsável e Economia Solidária; **(d)** Criar a Feira Agroecológica nos bairros rurais de Socorro; **(e)** Implantar a Cozinha Solidária no centro da cidade abastecida por meio das hortas comunitárias e demais tipos

de empreendimentos caracterizados como "agricultura familiar"; **(f)** Criar o Fórum Socorrense de Incentivo à Pesquisa Científica voltada ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário com o apoio de Universidades Públicas e Regionais visando o a criação e implementação da Nova Matriz de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário de Socorro e Região do Circuito das Águas; **(g)** criar a **Lei Municipal Paul Singer**, implementando um novo marco regulatório para a Economia Solidária por meio do Programa Coopera, Socorro! Isso incluirá uma política municipal de compras públicas da economia popular urbana e rural; **(h)** Criar um sistema de mobilidade urbana sustentável que integre toda a cidade, com prioridade para os transportes coletivos (micro-onibus) e ciclovias e implementar a Tarifa Zero nos transportes públicos coletivos; **(i)** captar recursos federais (PROCRED) para criar fundo de apoio aos micro e pequenos empreendedores das regiões rurais com foco no comércio, prestação de serviços domésticos, pequena produção artesanal (olarias, por exemplo).

- (5) Inovação em Assistência Social e Cidadania:** **(a)** Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade, em particular nas zonas rurais como um espaço institucional de defesa dos direitos de cidadania e proteção social, garantindo sua operação descentralizada, territorial e participativa; **(b)** descentralizar o CRAS para as regiões mais populosas e distantes do centro da cidade: Oratório/Porto/Visconde; Livramento, Farias, Jaboticabal e Salto II; Agudos/Sertãozinho; Moquens, Rubins, Camanducaia e Moraes; **(c)** expandir o CREAS que atende a população vulnerável aos diversos tipos de violências, sobretudo violência doméstica e abuso sexual, uma para cada macro região da cidade: NORTE; SUL; LESTE e OESTE.

I. PROPOSTAS PARA A ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, SOCIAL, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO.

SUSTENTABILIDADE É UMA PRÁTICA DIÁRIA E EM QUALQUER LUGAR

Um plano de desenvolvimento para a cidade de Socorro deve ter como objetivo principal o aumento na arrecadação de recursos próprios, atraindo para a cidade investimentos empresariais em áreas de baixo impacto ambiental, devido à sua condição de cidade turística. Tais investimentos devem ter uma grande capacidade de geração de empregos e que propicie um aumento real na arrecadação municipal, visando dar mais autonomia à gestão financeira dos recursos públicos.

O município de Socorro é hoje dependente, em boa parte de seu orçamento financeiro, de repasses de verbas, tanto dos governos estadual e federal quanto de outras fontes de recursos, como emendas parlamentares, sobretudo. Somente uma pequena parte, cerca de 27% do orçamento total tem origem na arrecadação própria do município como IPTU, ISS, etc.

A Prefeitura pode ser indutora de outras formas de empregabilidade por meio do incentivo à iniciativas de Economia Solidária, as cooperativas de trabalhadores, comércios locais por meio de grupos comunitários, etc., que gerem ocupação e renda para uma boa parte das pessoas que hoje estão desempregadas.

Para se ter uma ideia do problema, apenas 37,7% da população de Socorro é economicamente ativa, segundo dados do IBGE. Por outro lado, com um salário médio mensal de 1,9 salários mínimos em 2022, a cidade ainda convive ainda com 26% da população do município vivendo com renda familiar de até ½ salário mínimo por pessoa, o que coloca o município no 523º lugar entre os 645 municípios do estado de SP e no 2804º lugar no país no quesito renda. Estes números apenas demonstram o quanto ainda temos que melhorar a cidade em termos de empregabilidade e aumento de renda para a sua população. Portanto, sem prejuízo da atenção às várias áreas de competência da gestão municipal pela prefeitura, a **empregabilidade** surge como o desafio óbvio e inescapável para uma gestão democrática e eficaz do município.

PREMISSA: Implementar políticas de desenvolvimento local, especialmente as que contribuam para o crescimento econômico, a atração de investimentos, a redução das

desigualdades, a competitividade da economia, a geração de emprego e renda, o empreendedorismo, a Economia Solidária, o Cooperativismo e a Inovação Tecnológica.

1 - Criar a INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES, TECNOLOGIAS SOCIAIS E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, com foco em uma nova matriz de desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável.

2 - Priorizar compras públicas junto a empreendimentos de Economia Solidária e Cooperativismo (Lei Municipal Paul Singer).

3 - Incentivar e dar suporte e assessoria para a formação de cooperativas de profissionais autônomos e da Construção Civil (pedreiros, eletricitas, encanadores, pintores, etc.) e, proporcionar a absorção da mão de obra destes profissionais em programas que visem à revitalização urbana, proporcionando a geração de renda para o trabalhador e o embelezamento da cidade.

4 - Desenvolver e implementar princípios e indicadores de sustentabilidade para as empresas, desde a localização mais apropriada para cada uma, passando por seus processos e produtos, até a sustentabilidade das cadeias produtivas que a integram.

5 - Estimular o desenvolvimento da prática do cooperativismo no município.

6 - Implantar programas de qualificação de mão-de-obra e formação técnica, de nível superior e médio, através de parcerias com instituições municipais, estaduais e federais com o intuito de requalificar profissionalmente o trabalhador para ser reintegrado no mercado de trabalho.

7 - Estimular as iniciativas associativas, por meio de grupos de produção, comercialização, compras compartilhadas, associações e cooperativas nos diversos setores da economia, principalmente na zona rural que incluiria iniciativas de agricultura orgânica e agroecologia.

8 - Apoiar as micro, pequenas e médias empresas e empreendedores das regiões rurais e urbanas, favorecendo sua competitividade no mercado através da facilitação de acesso a linhas de crédito e financiamentos, por meio de Programas Governamentais, como o PROCRED (Ministério do Empreendedorismo, da MicroEmpresa e da Empresa de Pequeno e Médio Porte).

9 - Criar Fórum de Desenvolvimento e Geração de Trabalho, Renda e Oportunidades de Investimento com a participação de especialistas e entidades da classe empresarial de Socorro (ACE, COMTUR, SEBRAE, COMDER, etc.) visando desenvolver estudos de viabilidade para a atração de empresas não poluentes e de baixo impacto ambiental para o município, através de incentivos fiscais buscando o aumento da geração de empregos.

1.1 PROPOSTAS PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas deste século. Pesquisas apontam que a atividade corresponde a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Esta participação é especialmente importante em nosso município, onde o fenômeno turístico surgiu mais fortemente em décadas recentes, mas que, embora novo, adquire uma grande importância em nossa economia local, principalmente quando pensamos num modelo de desenvolvimento com viés mais sustentável.

Embora tenhamos problemas estruturais no setor, e que muito ainda precisa ser feito, o município se organizou bem desde a criação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo - que conta com a participação de vários atores da sociedade na gestão municipal do turismo, unindo empresários, técnicos e cidadãos. Embora vinculado à administração pública, o conselho tem relativa autonomia, tendo este criado e atualizado desde 2005 o PMT- Plano Municipal de Turismo - com bons objetivos, diretrizes, programas e projetos, plano esse que faz com que a gestão pública esteja sempre um pouco mais alinhada aos interesses reais da população. Outras entidades do *trade* como a ASTUR e ACE também participam. Nos últimos anos, porém, muitos dos objetivos traçados no PMT não foram atingidos e problemas como o posicionamento mercadológico do destino, uso das marcas e slogans da cidade foram abandonados. Além disso, projetos que dependiam exclusivamente do poder público não foram levados adiante, como por exemplo a criação do Parque da Usina, já dotado de equipamentos pela CPFL para uso público. Assim achamos importante enfatizar algumas das propostas já previstas pelo PMT atual e ressaltar e outras que consideramos necessárias:

1 - Ampliar a participação no COMTUR de representantes da população de alguns bairros com produtos turísticos ou que tenham problemas de impacto da atividade turística.

2 - Criar em cada “Caminho Turístico”, um comitê gestor, com o objetivo de discutir os problemas específicos de cada Caminho e, através de um representante eleito, levar as propostas de ações para o Comtur, ampliando assim a participação da população na gestão e ações para a melhoria do turismo.

3 - Fortalecer a integração entre os conselhos e entidades de Turismo e Cultura no sentido de atender melhor a demanda turística na área de cultura, promovendo principalmente os artistas e grupos de locais , oferecendo também maior conforto e infraestrutura ao turista que vem para cidade assistir a shows nas praças e outros locais.

4 - Fazer levantamento de novos atrativos turísticos do município, principalmente os voltados ao turismo rural, que tem grande potencial de crescimento, e ajudar os envolvidos na formatação e apoio aos novos produtos turísticos.

5 - Reforçar sempre o conceito de sustentabilidade na divulgação do destino, o que inclui fatores ambientais, sociais e econômicos. Hoje, a inclusão social é um dos itens mais valorizados, com destaque para a acessibilidade. Socorro é uma referência na acessibilidade e precisa reforçar esse seu potencial.

6 - Apoiar e incentivar os órgãos ambientais e ONGs a realizar melhorias no sistema de gestão de resíduos, que hoje se agravou com maior número de turistas hospedados nas chácaras rurais.

7 - Envolver os proprietários de chácaras que locam seus imóveis através de aplicativos de turismo (Airbnb) na discussão das políticas de turismo da cidade para que haja uma conscientização sobre os impactos gerados pela locação e conscientização dos seus hóspedes em relação ao Lixo.

8 - Divulgar Socorro como parte integrante do Circuito das Águas Paulista, fomentando a criação de um Plano de Marketing do Circuito, de forma a integrar de forma sinérgica e complementar as vocações de cada município.

9 - Manter um diálogo permanente com as esferas estadual e federal por meio das Secretarias de Estado e Ministério do Turismo, criando parcerias políticas e programas para o município.

II - PROPOSTAS PARA ÁREA DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA NOVOS TEMPOS

A transição ecológica é um processo estratégico, comprometido com a luta por um meio ambiente equilibrado, a instituição de novas formas de produzir e consumir e a busca do desenvolvimento sustentável.

Propomos outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município, compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município, seja no campo ou na cidade.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionaram várias enchentes na cidade, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias.

Esse eixo articulador aponta para uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras.

Temos que transformar, desde já, a crise ambiental em oportunidades para o bem viver de nossa população. Os municípios podem fazer a sua parte.

Nosso Programa contém medidas alinhadas a essa lógica em todas as áreas de governo.

EIXO DA POLÍTICA AMBIENTAL:

- (A) dar continuidade à integração entre a política ambiental e agrária interrompida bruscamente ao final da gestão (2021-2024), com o objetivo de preservar as áreas de preservação permanente (APPs), em particular as bacias do Rio do Peixe e do Rio Camanducaia;
- (B) reduzir as externalidades negativas sobre o meio ambiente e a saúde da população provenientes de uso de agrotóxicos e fertilizantes nas atividades agropecuárias;
- (C) estimular a produção sustentável, a distribuição e aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar orgânica e agroecológica tornando Socorro uma cidade referência no Circuito das Águas e Região da Mantiqueira em produção orgânica e agroecológica articulada a um modelo de desenvolvimento econômico local integrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável para todas as espécies de seres vivos;
- (D) desenvolver os projetos de Educação Ambiental em toda a sociedade socorrense, privilegiando não apenas atitudes corretas no descarte/separação de resíduos, mas, sobretudo na redução do consumo dos resíduos (Consumo Responsável).

(2.1) - CUIDAR DO AMBIENTE A PARTIR DOS IMPACTOS NEGATIVOS QUE O MODELO ECONÔMICO E SOCIAL ATUAL NOS IMPÕE

- 1 - Implantar o Sistema de Gestão Ambiental Municipal em conformidade e integrado ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama);
- 2 - Fortalecer o programa de Compostagem Municipal a partir de coleta e destinação adequada dos bairros para a Usina de Compostagem.
- 3 - Incentivar os sistemas participativos de **triagem e diminuição de resíduos** (Modelo Lixo Zero na Natureza), sobretudo nas áreas urbanas, visando o reaproveitamento doméstico do resíduo orgânico, por meio de um programa de Educação Ambiental que envolva escolas Públicas e Privadas, ONG's, Igrejas, Clubes, Associações de Bairro, Grupos Comunitários, Unidades e Instituições Empresariais (ACE).
- 4 - Implantar o **PSA** (Pagamento por Serviços Ambientais) para pagamento de produtores rurais que fazem conservação de vegetação nativa e conservação de solo, além de tratamento do esgoto da propriedade em bacias críticas do município, como Ribeirão dos Machado, Ribeirão do Barroão e Ribeirão da Pompeia.
- 5 - Incentivar a criação de hortas urbanas agroecológicas nos terrenos privados particulares e públicos, com concessão de desconto de IPTU (**IPTU VERDE**) além de apoio de suporte técnico e material.
- 6 - Implementar de forma efetiva um Plano de Reciclagem para toda a cidade, ampliando e qualificando o apoio à cooperativa de reciclagem e grupos de catadores de materiais recicláveis; melhorar todo o sistema de coleta (infraestrutura de coleta, transporte e o local para beneficiamento de resíduos recicláveis), e de intensificação de ações educativas junto à população desenvolvendo um guia de reciclagem a ser entregue em todas as residências.
- 7 - Implantar mais pontos de coleta seletiva no município (3 na área urbana e 5 nos principais centros rurais), com monitoramento por imagem, equipe própria de gestão do local e retirada periódica dos resíduos.
- 8 - Implementar amplo programa de rearborização urbana buscando deixar mais arborizada as calçadas, praças e jardins (mesmo em ruas com calçadas estreitas é possível plantar árvores que trazem benefícios ambientais, de saúde pública e no controle de enchentes).
- 9 - Priorizar as ações de despoluição e proteção do Rio do Peixe e fluxos de água, incentivando o uso sustentável do Rio em atividades de turismo, lazer e esportes com foco em programas inclusivos (ex: população idosa, infantil, adolescente e pessoas com deficiências).
- 10 - Articular a criação de consórcio intermunicipal, envolvendo os municípios banhados pelo Rio do Peixe, com vistas a ampliar nossa capacidade na busca de recursos e apoio, a partir do interesse comum.

11 - Criar órgão de fiscalização especializado em queimadas.

(2.2) - DRENAGEM URBANA E RURAL PARA REDUZIR OS PREJUÍZOS DAS ENCHENTES

1 - Exigir nas contrapartidas de empreendimentos privados investimentos na Área de Microdrenagem (drenagem de ruas e avenidas), melhorando o escoamento de água, em especial por meio de infraestruturas verdes e de soluções baseadas na natureza (jardins filtrantes, parques lineares, calçadas e ruas semi-permeáveis).

2 - Ampliar a permeabilidade do solo nas áreas rurais críticas como Barrocão, Machado e outras áreas com grande extensão de terra e próximas à cidade como os morros do Cristo Redentor, Vila Nova, dentre outros.

3 - Implantar grandes áreas alagáveis, como sugere o **Plano de Macrodrenagem**, que são utilizadas como parques lineares na maior parte do ano. Ainda nesse sentido, promover a avaliação de casas/comércios localizados em fundos de vale críticos. Essas áreas devem ter regimes específicos de ocupação.

4 - Investir em drenagem das estradas rurais. O cuidado com as águas aumenta a vida útil das estradas, não leva cascalho para dentro dos cursos d'água (que causa assoreamento e enchentes) e não prejudica o produtor rural.

5 - Rever o plano de Investimento da Sabesp previsto para serviços de água e esgoto e exigir um Plano de Ação para por fim no despejo de esgoto não tratado nos rios.

6 - Intensificar a captação de recursos destinados à expansão e melhoria do sistema de drenagem.

7 - **Implementar Plano Setorial de Drenagem** visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, com as soluções necessárias e a priorização de ações e obras. A prefeitura atualmente faz obras de urgência e depois esquece por anos do problema, como foi a causa da enchente recente no centro da cidade.

8 - Definir política de saneamento com prazos e metas para eliminação de 100% de descarte de esgoto nos rios do Peixe, Camanducaia e seus afluentes.

9 - Cumprir a legislação que torna obrigatório o tratamento do esgoto antes de descarte, dentro de padrões técnicos onde não for possível a ligação na rede pública da concessionária (Sabesp) com estabelecimento normas, prazo, e penalidades.

10 - Incluir no Plano de Drenagem a existência de caixas subterrâneas de águas (piscinões) nas áreas afetadas por transbordamento de rios e córregos, bem como aquelas de baixada e que se encontram altamente impermeabilizadas. As novas construções prediais serão obrigadas a ter um reservatório subterrâneo de recepção de água.

11 - Ampliar o número de áreas públicas permeáveis, como por exemplo, com a criação de Parques Lineares, Parques Públicos para incentivo ao Lazer, promoção de Saúde Pública e do Esporte. Estas áreas públicas serão priorizadas nas regiões mais pobres da cidade.

12 - Implantar sistemas para controle, monitoramento e avisos de inundações na cidade.

13 - Intensificar as ações de fiscalização para eliminar o despejo de esgotos em redes de águas pluviais e de águas pluviais em redes de esgotos, visando minimizar o retorno dos dejetos em períodos de chuva e a poluição de galerias e córregos.

(2.3) - CUIDAR DA AGRICULTURA FAMILIAR É INVESTIR NA SEGURANÇA ALIMENTAR, NA SAÚDE PÚBLICA E NO AMBIENTE SUSTENTÁVEL

PREMISSAS: O nosso Programa Municipal para a Agricultura Familiar (2026-2030) tem como fundamentos principais:

- * contribuir para o alcance do **Objetivo 02 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, promovido pela ONU e ratificado pelo Brasil, cujas metas estão previstas para serem alcançadas em 2030;
- * o Plano Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (todos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA); e
- * a participação social das famílias agricultoras de Socorro (agricultura familiar) que enfrentam diversas dificuldades em sustentar e viabilizar sua produção, distribuição e venda de seus produtos.

PROPOSTAS:

1 - Ampliar e melhorar o sistema de compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar de Socorro, em especial com base agroecológica, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando se aproximar dos 100% de alimentos adquiridos destes tipos de empreendimentos.

2 - Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município por meio da compra de alimentos do produtor familiar de preferência agroecológico a ser destinada às entidades assistenciais: creches, hospitais, setor público.(Ex: o que acontece em Águas de Lindóia).

3 - Criar o Programa de Assistência Técnica (PAT), com equipamentos e incentivos financeiros para a conservação do solo nas áreas rurais, o que é bom para o meio ambiente (conservação do solo e água), visando diminuir enxurradas e enchentes, além de diminuir perdas econômicas do produtor.

4 - Ampliar Programa de Assistência ao Produtor Familiar, com pessoal capacitado e equipamentos isso tanto para o SIM e Selo Arte (hoje só um técnico 20h/sem), quanto para outros programas como sistemas agroflorestais e transição agroecológica (que depende de uma única técnica, 30h por semana). [O Selo Arte foi uma conquista da Sec. Meio Ambiente e está esquecido. Não se dá a visibilidade merecida e poucos municípios tem isso hoje.]

5 - Estimular a criação de organizações sociais no âmbito da **Agricultura Familiar** (cooperativas, grupos, associações) com apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Tecnologias Sociais e Empreendedorismo Social, garantindo por meio do Programa de Assistência ao Produtor Familiar (PAPF):

- * Selo agroecologia
- * Certificação orgânica
- * Banco de sementes crioulas
- * Plantio agroflorestal com foco em cafés especiais e abacate
- * Clube do ovo para mulheres (incluir máquina de inspeção do ovo e embalagem, compra de ração coletiva e venda dos ovos)
- * Produção Sustentável de Mel
- * Regularização de queijo artesanal com leite integral
- * Cultivo de ervas e temperos para gastronomia e uso terapêutico (mudas e comercialização)
- * Aquisição de máquinas e implementos agrícolas para uso dos produtores associados
- * Incentivo para compra de insumos coletivos
- * Incentivo a fruticultura de clima temperado e frutas vermelhas (produção e processamento)
- * Aquisição de câmara fria
- * Sala de processamento de verduras e legumes.

6 - Implantar a Cozinha Solidária no centro da cidade abastecida por meio das hortas comunitárias e demais tipos de empreendimentos caracterizados como "agricultura familiar".

7 - Criar a Feira Agroecológica nos bairros rurais de Socorro.

8 - Para implantarmos, ampliarmos e fortalecermos ações relacionadas ao Meio Ambiente e à Agricultura Familiar, ampliar os investimentos e os recursos orçamentários na Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura Familiar, com foco na melhoria de sua infraestrutura, bem como o aumento de profissionais concursados para a área técnica.

PRINCIPAIS METAS:

- 1 - Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano (ODS no Brasil);
- 2 - Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do sol (ODS no Brasil);
- 3 - Criar rede de produção orgânica visando o comércio regional justo, solidário e ético, bem como o consumo responsável de seus produtos, por meio de mecanismos que estimulem a relação direta entre o produtor e o consumidor final;
- 4 - Estimular práticas nas respectivas unidades produtivas que favoreçam o uso saudável do solo, da água e do ar, reduzindo, ao mínimo possível, todas as formas de contaminação e desperdícios destes elementos;
- 5 - Tornar a Estância de Socorro uma cidade referência no Circuito das Águas e Região da Mantiqueira em produção orgânica e agroecológica articulada a um modelo de desenvolvimento econômico local integrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

(2.4) CUIDAR DE TODOS OS ANIMAIS É CUIDAR DA DIVERSIDADE DAS ESPÉCIES, DO RESPEITO À VIDA ANIMAL E DA SAÚDE MENTAL HUMANA

- 1 - Criar a **Política Municipal dos Direitos dos Animais** em defesa dos animais, com a participação da sociedade civil, instituindo ações regionalizadas em módulos por espécies: como cães e gatos, tração animal, manejo e conservação da fauna silvestre e animais nos parques e Áreas de Preservação Permanente.
- 2 - Criar o Departamento de Direitos e Cuidados dos Animais subordinado à Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade.
- 3 - Ampliar os serviços de Pet Container nas Zonas Rurais: (Oratório/Agudos/Sertãozinho/Livramento/Porto/Barão de Ibitinga; Moraes/Camanducaia do Meio/de Cima/Moquem/Rubins; Lavras de Cima /do Meio/de Baixo; Farias, Salto, Jaboticabal, Cardosos).
- 4 - Manter serviços de qualidade de castração de cães e gatos.
- 5 - Fortalecer a fiscalização de Maus Tratos e Aprisionamento e Transporte ilegal de Animais Domésticos e Selvagens.
- 6 - Efetivar a fiscalização e o controle sanitário em todas as clínicas veterinárias.

7 - Criar o Prêmio de Melhor Acolhimento, Tratamento e Efetividade Clínica às Clínicas Veterinárias instaladas em Socorro.

8 - Criar três novas unidades de abrigamento de animais domésticos (cães e gatos): nas seguintes regiões: região Oratório, Livramento, Porto, Jaboticabal (Oeste); Moquém, Camanducaia, Moraes, Rubins, Pereiras, Marianos (Sul); Rio do Peixe, Monjolinho, Brejo de Cima, Brejo de Baixo.

9 - Ampliar serviços de cuidado, adestramento e passeios com os animais dos canis, fortalecendo a parceria com ONG's legalizadas (CNPJ) cuja atividade fim seja o cuidado com os animais domésticos e/ou selvagens.

2.5) - CUIDAR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E DO CONTROLE SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (CONDEMA)

1 - Reavaliar o Regimento Interno e a legislação que criou o CONDEMA de modo a garantir que a presidência do mesmo não seja feita por gestores e que a soma das vagas garantam a paridade entre gestão pública municipal, organizações da sociedade civil e profissionais de notório saber na área ambiental.

2 - Criar Núcleos de Apoio Comunitário às ações da gestão municipal voltadas para a proteção do Rio do Peixe, do Rio Camanducaia e suas respectivas margens e cursos de água, bem como ajudar no acompanhamento, fortalecimento e ampliação de ações integradas com a Educação Ambiental, envolvendo os diversos setores na mobilização da população para a resolução de problemas locais e regionais.

3 - Desenvolver e criar programas de sensibilização à preservação do meio ambiente, de consciência em saúde ambiental e climática nas comunidades mais vulneráveis.

4 - Introduzir nas escolas públicas municipais e sugerir às escolas privadas e estaduais atividades de Educação Ambiental e sobre Crise Climática de forma a preparar crianças e adolescentes a lidarem com eventuais situações ambientalmente críticas na cidade, além de desenvolver práticas cidadãs de proteção ao ambiente da cidade.

5 - Criar um Fundo Municipal de Meio Ambiente para recebimento e alocação de recursos provenientes de multas, impostos e outros a serem utilizados em ações de proteção e conservação ambientais.

(2.6) - CUIDAR DOS RECURSOS NATURAIS REDUZINDO SEU CONSUMO E MELHORANDO SUA QUALIDADE

- 1 - Criar Selo Verde Municipal para empresas em todas as áreas que deixam de adotar aquecimento de água a caldeira e a lenha, substituindo-os pela tecnologia de aquecimento solar.
- 2 - Criar o Programa “Biodigestor e Energia Solar” a ser aplicado, inicialmente, nas unidades da Prefeitura e demais órgãos públicos de Socorro. O Programa deve buscar fontes de financiamento federal e estadual para estendê-lo às residências e às empresas localizadas nas áreas próximas aos rios e cursos d’água da cidade, tais como linhas de crédito junto ao BNDES, FEHIDRO, e outras entidades competentes para financiar implantação de biodigestores compactos.
- 3 - Instalar relógios de medição para reduzir os gastos da prefeitura junto à CPFL, ampliando a iluminação com leds.
- 4 - Criar uma área de recebimento de Resíduos de Construção Civil (RCC) para pequenas quantidades de entulho com a possibilidade da prefeitura reutilizar esse material nas obras municipais (beneficiamento) e destinação adequada.
- 5 - Utilizar resto de móveis lançados no aterro para construir outras peças de madeira que sejam de necessárias para o poder público e/ou doá-los para pequenos empreendimentos que o reutilizem em diversas áreas.
- 6 - Que todos os eventos da cidade tenham compromisso com o destino do lixo (Grupo Lixo Zero na Natureza) e que o poder público ofereça os equipamentos de separação e coleta adequados.
- 7 - Ampliar urgentemente a fiscalização para verificar as infrações das regras ambientais na zona rural, sobretudo o despejo de esgotos nos rios, ribeirões e córregos, bem como as retiradas clandestinas de terra, sobretudo em terrenos próximos a nascentes.
- 8 - Elaborar estudo sobre o aterro sanitário, condições de uso, perspectivas e soluções no curto, médio e longo prazo em conjunto com o CISBRA, buscando, preferencialmente soluções alternativas a existência de aterro em Socorro.
- 9 - Criar mecanismos em caráter de urgência para a destinação correta de embalagens de óleos lubrificantes e agroquímicos para empresas recicladoras licenciadas, conforme norma Resolução SEMA nº 028/2010 e Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 10 - Fiscalizar o uso de agroquímicos - comercialização e aplicação - coibindo o uso de produtos proibidos e exigindo uso e descarte adequados.

11 - Iniciar a conversão veículos da frota municipal e de fornecedores de transporte para tecnologia menos poluente, como os movidos a eletricidade, etanol ou biodiesel.

(2.7) - CUIDAR DA CIDADE É INTEGRÁ-LA SEM HIERARQUIAS GARANTINDO O DIREITO À TODOS E TODAS PODEREM USUFRUIR O QUE DE MELHOR NÓS TEMOS: O AMBIENTE NATURAL

PLANO DIRETOR

PREMISSA: O Plano Diretor da cidade deve ter como centralidade em sua revisão de 2026 a bacia do Rio do Peixe como estruturante da Política Ambiental e Urbana da cidade. Neste sentido propomos:

1 - Rever as políticas de transformação do solo rural em solo urbano, em processo de aceleração de forma a identificar, antes da mudança quais impactaram negativamente a área urbana, sobretudo no que diz respeito à intensificação da impermeabilização do solo, o que favorece situações do número de áreas afetadas por enchentes.

2 - Rever e corrigir eventuais distorções dos imóveis na Zona Rural com relação à cobrança de impostos. Tem chácara que paga IPTU quando a outra ao lado paga ITR e sem qualquer tipo de produção rural.

3 - Revisão do Plano Diretor da Cidade visando priorizar a habitação popular respeitando o direito à moradia digna, verde e que não se submeta completamente à especulação imobiliária.

4 - Elaborar um Plano Emergencial para Mudanças Climáticas dentro do Plano Diretor (Grupo Lixo Zero Natureza).

5 - Estimular a participação social em todas as regiões da cidade por ocasião da revisão do Plano Diretor (2026) de modo a garantir a todos e todas direito à cidade, à vida digna e à convivência fraterna e compartilhada, sem privilégios a grupos econômicos (pessoas jurídicas) e empreendimentos individuais/familiares beneficiados com os investimentos públicos nas proximidades de suas propriedades e/ou empreendimentos econômicos.

6 - Regulamentar os diversos tipos de loteamentos (**uso e ocupação do solo**) distinguindo áreas de interesse social por iniciativa do poder público, dos loteamentos e parcelamentos de média e alta renda que tem que cumprir rito de regularidade, sobretudo para destinação de áreas públicas para sistemas de áreas verdes e livres e equipamentos públicos (escolas e postos de saúde, terminal de ônibus, por exemplo). Tal distinção se faz necessária de forma a evitar impactos danosos nas áreas mais pobres e distantes do centro, gerando um fluxo enorme de uma periferia pobre para as regiões mais ricas (centro) e que geram diversos

impactos negativos, sobretudo econômico: gastos com transportes, tempo, ausência e sobrecarga nos equipamentos públicos, etc., além de problemas ambientais que aparecem quando dos eventos climáticos extremos. A regulamentação dos loteamentos em áreas de interesse social se dará por meio da concessão do título de propriedade e da garantia da qualidade urbanística do desenvolvimento destes loteamentos. tais como cuidados urgentes de serviços básicos de transporte, saneamento e dos cuidados relativos à questão ambiental, pois todos estão em cima de córregos, nascentes, promovendo assoreamento de rios em áreas mais montanhosas de alto declive promovendo aumento da velocidade da água que gera impactos sistêmicos na cidade e isto vai desembocar no centro da cidade (enchentes dos últimos dois anos) é derivado do que acontece ao redor do centro: ocupando áreas rurais, desmatando, intensificando o volume de escoamento de água, aumentando a sua velocidade e quando chega no centro, quando estreita tudo você tem a inundação.

7 - Oferecer orientação gratuita à população para orientação sobre os procedimentos e legislações ambientais, assim como em ações de defesa dos cidadãos prejudicados por danos ou passivos ambientais.

III - PROPOSTAS PARA ÁREA DA SAÚDE

CUIDAR DA GESTÃO, DA ATENÇÃO BÁSICA, EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA , VIGILÂNCIA, ESPECIALIDADES, URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E SAÚDE MENTAL.

- 1 - Ampliar o número de médicos do Programa Mais Médicos (Governo Federal) para ampliar horário de atendimentos nas Unidades de Saúde nas regiões; contratar emergencialmente médicos clínicos para atender nas unidades e especialistas nas áreas que o município já atende, garantindo acompanhamento de todo processo seletivo pela equipe de Gestão e Técnica na SMS.
- 2 - Criar uma área de Comunicação Social no âmbito da SMS com foco nas medidas preventivas, indicações de alertas epidemiológicos, etc.
- 3 - Melhorar os salários dos profissionais de saúde como forma de garantir o interesse e a permanência em seus respectivos cargos/funções.
- 4 - Ampliação de concursos públicos para todas as áreas da saúde com a gradativa extinção de cargos comissionados, exceto para a Gestão da Secretaria.
- 5 - Formação Permanente dos Profissionais de Saúde, seguindo os Planos do Ministério da Saúde na área de formação para o trabalho em Saúde.
- 6 - Implantar sistema de avaliação pelos usuários e equipes de saúde de todos os serviços em saúde oferecidos à população.
- 7 - Fortalecer e melhorar os serviços da Ouvidoria na área da Saúde para acompanhamento da Qualidade do Serviço em todos os níveis: do acolhimento (“recepção”) ao retorno (incluindo consultas, agendamento, exames, etc.).
- 8 - Cumprir as decisões das Conferências Municipais de Saúde.
- 9 - Renovar a frota de automóveis da saúde para transporte com segurança de pacientes para outras unidades do Estado.
- 10 - Informatizar toda a rede via SUS DIGITAL do Governo federal (já em curso) a partir da entrada do paciente na UBS/Postos de Saúde, considerando as seguintes etapas: marcação de consultas, agendamentos de exames, de especialidades (quando não estiver no âmbito do sistema CROSS), resultados de exames, farmácia (central e nos bairros) e divulgação de medicamentos disponíveis nas farmácias.
- 11 - Criar um app no médio prazo para acesso da população ao Sistema de Saúde Municipal no que se refere a marcação de consultas, agendamentos de exames, de especialidades,

posições em eventuais filas de espera, informações de resultados de exames, farmácia (central e nos bairros) e divulgação de medicamentos disponíveis nas farmácias.

12 - Orientar a Atenção Básica a seguir os dados epidemiológicos da cidade (casos de dengue, diabetes, hipertensão, câncer, etc.) e não apenas dos indicadores de saúde que remuneram os serviços, como o Previne Paulista.

13 - Contratar 6 (seis) Agentes de Controle de Endemias para cada Equipe de Saúde da Família (ESF).

14 - Reestruturar o número de famílias cadastradas nas unidades atendidas pelo Programa de Saúde de Família, de forma a tornar mais equilibrado o trabalho das equipes.

15 - Ampliar as equipes para as visitas domiciliares mensais que precisam ser efetivas e contar com a presença dos seguintes profissionais especializados em saúde da família: médico, enfermeira, psicólogo e os agentes comunitários de saúde.

16 - Transformar as unidades de Lavras de Baixo, Chaves e Jaboticabal em UBS com equipes de Saúde da Família.

17 - Implantar um Posto de Saúde para atender as regiões de Porto, Livramento e Salto II.

18 - Implantar o Programa de Saúde Bucal do Ministério da Saúde a partir das unidades atuais da rede especializada em Odontologia.

19 - Implantar no Posto Central exames de endoscopia e colonoscopia.

20 - Reestruturar física e digitalmente o Posto de Agendamento integrando-o ao SUS Digital.

21 - Reestruturar a Vigilância em Saúde incluindo a área de Vigilância em Saúde Animal e em Saúde do Trabalhador.

22 - **Implantar de forma efetiva a Política de Saúde Mental** no Município em particular na Atenção Básica, priorizando as seguintes ações: **(a)** contratar um psicólogo clínico para cada unidade básica de saúde (atenção primária); **(b)** implantar o Ambulatório de Saúde Mental (ASM) com profissionais em Psicologia, Psiquiatria, Enfermagem e Assistência Social (atenção secundária); **(c)** reestruturar o CAPS 1 em termos de melhorar a qualidade no atendimento aos pacientes, gerenciamento dos projetos terapêuticos, revisão dos atuais protocolos do acolhimento ao acompanhamento psicossocial, ampliação das equipes em saúde mental e terapia ocupacional; implantação do matriciamento dos casos com as equipes da Atenção Básica e Saúde da Família; **(d)** atualizar mensalmente a lista de pacientes acompanhados pelas UBSs que fazem uso de medicamentos psiquiátricos; **(e)** criar a rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para promover a inserção social dos usuários através de ações intersetoriais que envolvam educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, montando estratégias

conjuntas de enfrentamento dos problemas (f) Negociar com o Ministério da Saúde a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantil e Álcool e Drogas para atender aos Municípios do Circuito das Águas (CAPS Regionalizado).

23 - Criar Programa Municipal de Saúde para Pessoas com TEA e outras Deficiências.

24 - Estudar a viabilidade de criação de Policlínicas - Programa Mais Acesso a Especialistas.

25 - Reestruturar o CONISCA com vistas a fortalecê-lo não apenas como fornecedor de serviços, mas como um Consórcio que atue na Planejamento de Gestão e Serviços de forma conjunta com os municípios do Circuito das Águas que dele fazem parte.

26 - Programa Remédio na Implantar a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) para todos os medicamentos e insumos para a Saúde.

27 - Rever convênio com a Santa Casa para identificar e reduzir problemas como demanda X oferta de serviços, qualidade do atendimento e dialogar com o Governo Federal a implantação de UPA Regional.

28 - Implantar duas unidades de Pronto Atendimento (PA) nas regiões mais distantes e com maiores demandas: **Oratório/Sertãozinho/Visconde/Chave/Agudos e Camanducaia/Moraes.**

29 - Replanejar todo o serviço de transporte dos usuários da saúde para as unidades fora do município, melhorando a qualidade e a segurança nos veículos próprios da prefeitura.

30 - Publicar a Relação Municipal de Medicamentos e rever processos e procedimentos da Farmácia de Alto Custo junto à DRS VII-Campinas.

31 - Fornecer PrEP e PEP em todas as UBSs.

32 - Ampliar a adesão à Política Estadual de redução e prevenção às ISTs (HPV, HIV, Sífilis, etc.).

33 - Implementar nas unidades de saúde as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) com o objetivo de prevenir, promover e recuperar a saúde com ênfase à escuta acolhedora e a construção de laços terapêuticos. a Implementação será por meio da adesão à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia, etc.)

IV - PROPOSTAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO

CUIDAR DA EDUCAÇÃO É CUIDAR DO TEMPO PRESENTE DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS, PENSANDO, TAMBÉM, NO FUTURO.

“A vida é de fato muito curta para ser pequena. O que é mesmo cidadania plena? É uma vida que coletivamente não apequene a própria vida. Ou seja, é necessário que você e eu construamos, juntos, o inédito viável.” (Mario Sergio Cortella – O verbo esperarçar)

INTRODUÇÃO:

A partir das diretrizes estabelecidas para balizar o trabalho da Secretaria Municipal de Educação, buscaremos oferecer uma educação integral e emancipadora aos / às estudantes, impulsionando o potencial formador e transformador da cidade, aproveitando seu imenso ativo de talentos disperso em cada parte do território socorrense. É sabido e notório que com a pandemia houve significativa piora no aproveitamento escolar e aumento da evasão e das desigualdades em todas as etapas e modalidades de ensino. A isso se soma uma crise na saúde mental que afeta estudantes e profissionais da educação, além da recente onda de violência nas escolas. Todo esse contexto exige um governo que traga a educação como prioridade e entenda a escolarização de qualidade como direito, fatores determinantes para a qualidade de vida e poderosos instrumentos de desenvolvimento econômico e social. A escola pública será fortalecida e os profissionais da Educação valorizados. Reiteramos a nossa posição contrária à implantação da Escola Cívico-Militar do Governo de SP. Escola é lugar de Professor(a) e não de Policial Militar.

DIRETRIZES:

Acesso e permanência dos estudantes à escolarização;
Qualidade Social da Educação; e
Gestão educacional democrática e pedagógica.

PROPOSTAS:

- 1 - Identificar e atender a real demanda existente na cidade por matrículas em unidades educacionais de ensino municipal, ampliando a oferta de vagas existente no momento e consequente avaliação da municipalização total do Ensino sob responsabilidade da Prefeitura.
- 2 - Criar Programa de “Educação Integral em Tempo Integral”, ampliando o tempo de permanência dos/as estudantes na escola com atividades voltadas à formação integral (educação, cultura, arte e esporte) sobretudo nas áreas mais distantes do centro.
- 3 - Renovar os atuais moldes da EJA - Educação de Jovens e Adultos – na cidade enquanto modalidade de ensino específica para jovens e adultos e não um condensado de ensino fundamental supletivo. Com currículo específico, a EJA deverá acontecer inclusive no período

noturno e oferecer políticas de assistência estudantil que possibilitem a conclusão dos estudos pelo público alvo.

4 - Incluir digital e tecnologicamente as crianças socorrenses com a infraestrutura necessária, o trabalho com as linguagens digitais, inclusive a robótica.

5 - Ampliar, de acordo com a demanda, as vagas em creches e fortalecer as políticas voltadas para a educação infantil, estabelecendo o conceito de “Educar para além do cuidar”.

6 - Fortalecer a gestão democrática e popular das unidades de ensino através de ações como escola aberta, grêmios estudantis, conselhos de pais e mães, formação de gestores, participação nos comitês de bairro para discussão do orçamento participativo.

7 - Realizar trabalho formativo com as equipes gestoras das escolas para que cada equipamento municipal de Educação, sob inspiração do Plano Nacional de Educação e após orientações e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, elabore e execute o seu próprio Projeto Pedagógico, com vistas à sua realidade e necessidade.

8 - Realizar Programa de Formação Contínua dos educadores – entenda-se gestores, professores e equipe de apoio - com vistas ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação e à humanização das relações, garantindo oportunidades de formação dentro da jornada de trabalho.

9 - Valorizar os profissionais de educação, estabelecendo diálogo permanente sobre a carreira e as condições de trabalho, buscando garantir condições dignas de exercício, saúde física e mental, valorização salarial e plano de carreira atrativo e justo.

10 - Eleições Diretas para direção das escolas municipais.

11 - Consolidar a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino, garantindo o acompanhamento de professor auxiliar em salas com atendimento à inclusão de alunos/as com deficiência e/ou estagiárias/os para assistência dos mesmos.

12 - Criar um centro de formação e acompanhamento à inclusão, vinculado à Secretaria de Educação, que conte com profissionais formados em Educação Especial e que atuem junto às equipes das escolas visando garantir uma inclusão de qualidade às/aos estudantes com deficiência.

13 - Cuidar da saúde mental nos espaços escolares, fortalecendo os mecanismos coletivos de acolhimento e escuta, bem como implantando e implementando uma ampla Rede de Proteção Social num trabalho multidisciplinar de acompanhamento aos estudantes: Assistência Social, atendimento psicológico nas escolas, rede de UBS, CAPS, APAE, Conselho Tutelar etc.

14 - Implementar programa para reduzir e prevenir casos de violência, incluindo bullying, em todas as suas dimensões com ações para melhorar as condições de convivência nas escolas, humanizando as relações entre corpo docente e corpo discente.

15 - Criar e implementar o programa “Aprender é Direito” com vistas a desenvolver estratégias de apoio às escolas para recompor as defasagens na aprendizagem dos estudantes através de ações variadas, dentre elas: Recuperação Contínua e Paralela nas escolas; Pré-Aula e Pós-Aula de recuperação de conteúdos; criação de jornadas que viabilizem a dedicação exclusiva e valorizada do professor; criação de monitorias.

V - PROPOSTAS PARA A ÁREA DA CULTURA

1 - Fortalecimento do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Socorro (COMUPC): ações de formação de conselheiros de cultura, incentivo à autonomia e soberania do colegiado como fiscalizador e decisório do orçamento e de todas as ações relacionadas à Cultura em Socorro, fomentando também o fortalecimento das suas bases e aumento da participação popular.

2 - Programa Municipal de Incentivo à Cultura: criação de um programa municipal de incentivo à cultura com força de lei para seleção anual de projetos culturais a serem contemplados, através de editais de cultura abertos, amplos e democráticos que componham um calendário de interesse público, podendo contemplar o abatimento de impostos municipais por pessoas físicas e jurídicas que queiram fomentar os projetos selecionados.

3 - Descentralização da cultura: Apoiar e respeitar a vocação cultural dos bairros, de acordo com as identidades culturais de seus habitantes e as experiências regionais; levar programas e ações culturais para as comunidades da zona rural de Socorro, buscando ainda a gratuidade no transporte público para que essas pessoas frequentem os equipamentos e atividades da cultura que acontecem no centro da cidade.

4 - Defesa do Patrimônio Histórico Material: levantamento das condições dos prédios históricos que pertencem ao poder público, que constituem patrimônio público material; estudo e contratação de profissionais capacitados para realização adequada da restauração, reforma, recuperação e zeladoria de testemunhos arquitetônicos, como é a Biblioteca Municipal e o Museu.

5 - Cadastro de Artistas de Socorro: criação e manutenção permanente de cadastro com busca ativa de artistas, artesãos e ativistas da cultura, manifestações culturais, entidades culturais em todas as modalidades em todas as regiões da cidade, inclusive zona rural. Através desse cadastro, buscar o envolvimento de toda comunidade artístico-cultural nas políticas e ações da cultura e divulgar de oportunidades, como editais e festivais.

6 - Cultura e Educação: criação de programas que fortaleçam e aproximem permanente a cultura e a educação, permitindo o envolvimento dos alunos das escolas públicas em

atividades culturais desenvolvidas pelos artistas, ações culturais e engajamento pedagógico de arte educação nas escolas

7 - Cultura e diversidade: Criação de calendário cultural que contemple manifestações artísticas populares e também busquem pautar ações de combate ao racismo, homofobia, machismo, etc. Promover atividades culturais todos os fins de semana na Praça da Matriz.

8 - Profissionalização: cursos profissionalizantes nas áreas artísticas com contratação de professores via concurso público e com certificação válida para os estudantes. Buscar certificação MEC para conservatório e cursos artísticos profissionalizantes.

9 - Descolonização do pensamento: fomento à pesquisas científicas e inclusão no currículo pedagógico municipal questões relativas aos povos originários e pretos formadores da sociedade socorrense.

10 - Cultura e Turismo: transformar Socorro em polo de turismo cultural, tanto pelo valor histórico e cultural da cidade, bem como através de aumento do calendário de festivais e atrativos culturais da cidade e divulgação a nível regional, estadual e nacional das ações de cultura.

11 - Cartilha da Cultura: criação de material impresso e digital que contemple informações sobre o circuito cultural de Socorro, como os equipamentos da cultura e seus usos possíveis para a comunidade, cursos e calendário de festividades e atividades, a ser distribuídos nas escolas e nos demais equipamentos públicos, buscando maior conhecimento e integração de todos os socorrenses nas ações artístico-culturais.

12 - Criar uma Escola de Artes com cursos de dança, teatro, cinema, artesanato, fotografia, artes circenses, ginástica artística, etc. para atender no contraturno das escolas públicas.

VI - PROPOSTAS PARA O ESPORTE E LAZER

- 1 - Construir uma pista de atletismo, com possibilidade de contribuição para os treinamentos dos Jogos escolares de São Paulo (JESP) e jogos regionais.
- 2 - Apoiar as equipes de Futebol Amador, com apoio destacado às equipes da zona rural.
- 3 - Contratar Professores de Educação Física para treinamento especializado, em diferentes esportes, para trabalhar com crianças do Ensino Fundamental Um, séries iniciais em quadras municipais, inclusive aos fins de semana.
- 4 - Criar parceria com os sindicatos locais, de base municipal ou regional Programa de atividades físicas com foco na Saúde do Trabalhador, em parceria com Terapeutas Ocupacionais e Médicos do Trabalho e Fisioterapeutas.
- 5 - Realizar manutenção em todos os equipamentos públicos esportivos de nossa cidade, possibilitando às crianças terem treinamento esportivo em todas elas.
- 6 - Trabalhar em parceria Esporte / Saúde para atender os pacientes que necessitem de Hidroginástica!
- 7 - Organizar eventos esportivos em diferentes modalidades como voleibol, basquetebol, handebol, futsal, natação , futebol, atletismo, vôlei de praia, skate, corridas de rua, minimaratonas.
- 8 - Criar os campeonatos de jogos adaptados para crianças do Ensino Fundamental Um fase inicial.
- 9 - Implantar ciclovias em parceria com a Secretaria de Trânsito, com atividades aos fins de semanas e feriados.
- 10 - Construir ou revitalizar os campos de bocha, divulgando o esporte.
- 11 - Realizar campeonatos de truco, realizando as eliminatórias nos diferentes bairros da zona rural.
- 12 - Estimular a prática de atividades de *mountain bike* em suas diferentes categorias.
- 13 - Realizar eventos com motocross e suas diferentes modalidades.
- 14 - Procurar parcerias com a Liga Municipal de Futebol e demais Grupos e Associações Esportivas de nossa cidade.

15 - Revitalizar a Praça de Esportes Municipal, com extensão aos Campos e Quadras da Zona Rural.

16 - Disponibilizar Avaliações Médicas para todos os esportistas, inclusive adultos amadores.

17 - Disponibilizar ambulância, com paramédicos, para os eventos esportivos.

18 - Garantir a presença de Educadores Físicos nas academias ao ar livre para atender a população que utiliza dos equipamentos, sobretudo a população idosa.

VII - PROPOSTAS PARA A ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1 - Criar a Secretaria de Combate às Desigualdades Sociais e de Valorização da Diversidade que terá a função de articular as Coordenadorias da Mulher, de Negros e Negras, das Juventudes, das Pessoas com Deficiência e de Pessoas Idosas. As coordenadorias cuidarão do processo de criação, articulação intersecretarial, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de combate às desigualdades sociais e promoção da diversidade, bem como de diálogo com os respectivos Sistemas Nacionais de Coordenação das respectivas políticas.
- 2 - Realizar concurso público para todas as áreas da Administração Pública, priorizando as áreas fim ou que atendem diretamente a população (Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente, Esportes e Cultura).
- 3 - Criar o Curso de Letramento Digital em todas as regiões da cidade para promover o acesso da população aos serviços digitais das três esferas de governo, poder judiciário, legislativo e a todo o sistema de transparência pública da Prefeitura e da Câmara Municipal.
- 4 - Garantir ao funcionalismo público municipal o direito à negociação coletiva, respeitando a autonomia sindical por meio da criação do Sistema de Negociação Permanente em que as pautas de condições de trabalho, valorização salarial e reposição de perdas salariais estejam garantidas.
- 5 - Promover uma Política Municipal de Saúde do Trabalhador, de combate ao assédio moral e sexual contra o funcionalismo público.
- 6 - Rever todo o processo de zeladoria urbana e nas áreas rurais, dotando o departamento de serviços de maquinários e tecnologias para os diversos serviços de manutenção de bueiros, asfaltamento, conservação de ruas e praças, poda de árvores e capinação.
- 7 - Socorro deve ser das Pessoas, dos seus moradores. A região central, sobretudo, necessita de uma remodelação que priorize a democratização do espaço viário, com inclusão social, sobretudo de Pessoas com Deficiência e Segurança Pública e Cidadã.
- 8 - Ampliar as oportunidades de estágio remunerado em equipamentos públicos.
- 9 - Promover um “choque na zeladoria” e nos departamentos responsáveis pela limpeza pública, iluminação, mobiliário urbano e requalificação de áreas verdes, manutenção, limpeza de margens e desassoreamento de córregos, bem como a limpeza das bocas-de-lobo. e beiras de estradas de rodovias internas.
- 10 - Reavaliar urgentemente todo o sistema de transportes próprio da prefeitura (qualidade, demanda, critérios de inclusão social — idosos e pessoas com deficiência, garantindo não só

a segurança, mas o bem estar da população e também dos trabalhadores(as) motoristas dos veículos.

VIII - PROPOSTAS PARA A ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADÃ

INTRODUÇÃO: Temos muitos problemas ligados a furto, roubo (área rural, sobretudo nas chácaras), violência doméstica e acidentes de trânsito na cidade que demandam respostas reais do poder público. Existe o problema dos entorpecentes ilícitos que aliciam a juventude ao tráfico e ao vício. A Guarda Civil Municipal, que é, em senso estrito, uma guarda patrimonial, tem abordagens que nem sempre condizem com uma prática cidadã e comunitária e fazem policiamento ostensivo, sem formação para tal função. Há situações de assédio sexual nas áreas rurais e na urbana.

PREMISSA: articular as 3 forças de segurança pública (PM, Polícia Civil e GCM)

1 - Investir no cinturão digital (câmeras de monitoramento com operadores treinados) por meio de monitoramento dos pontos de entrada e saída do município a fim de coibir roubos e fugas, acompanhar o trânsito e escolas. Investimento neste sistema será feito em parceria com o Governo estadual.

2 - Implantar a Operação Delegada (PROERD) onde os policiais trabalham no horário de folga fardados, reforçando o policiamento no município. Parceria entre prefeitura e Estado.

3 - Investir em programas de reciclagem dos policiais da GCM, em armamento, viaturas e fardamento.

4 - Investir amplamente em iluminação de lugares públicos, sobretudo nas áreas rurais e nas Estradas Turísticas.

5 - Negociar junto ao Governo Estadual o aumento do efetivo de viaturas para ronda escolar e efetivo policial, considerando o nosso aumento populacional.

6 - Ampliar o número de agentes de trânsito para fiscalização, campanha de conscientização, com foco nos turistas que frequentam nossa cidade.

7 - Efetivar a Base Comunitária fixa da GCM no Oratório e nos bairros com indicadores elevados de roubos, furtos, violência doméstica, infração dos Direitos Humanos e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

8 - Articular, em parceria com o Governo Estadual a implantação de uma academia para treinamento de defesa pessoal, artes marciais, educação física, treinos táticos, e uso equipamentos de menor potencial ofensivo (escudos).

9 - Fortalecer o Programa Vizinhança Solidária nas áreas rurais, sobretudo.

10 - Participar do CONSEG como espaço de articulação entre as forças de segurança pública presentes no município

IX - PROPOSTAS PARA A ÁREA DE MOBILIDADE URBANA E SUSTENTABILIDADE

PREMISSAS: Socorro pede um sistema eficaz de transportes públicos. Não temos ciclovias (a do Rio do Peixe está abandonada), a maioria dos pedestres se arriscam em calçadas estreitas, as principais ruas do centro histórico e comercial são congestionadas por carros, não tem ciclovias, pouco arborizada, não convida o turista a visitar e permanecer no centro da cidade, não tem espaço para manifestações artísticas e culturais, só na distante Praça do Amanhã, que por sinal, não há uma comunicação entre as Praças. Todas as vias e o planejamento urbano e paisagístico (que não existe) privilegiam o transporte de automóvel. Ou seja, carros + asfalto = ilhas de calor, que é = afastamento dos turistas. O Centro da Cidade não é inclusivo. Todos já vimos as dificuldades de cadeirantes de andarem nas calçadas comerciais. Nos tempos atuais, de extremos climáticos (enchentes), a desarborização do centro da cidade (e regiões rurais, também) e o privilégio ao automóvel resultam num centro cada vez mais congestionado, poluído (ar e auditiva) e não inclusivo, o que, obviamente, mais prejudica os pequenos comerciantes do que os favorece. Daí que, pensar a cidade numa perspectiva progressista é pensar em um plano de mobilidade que priorize a sustentabilidade, a valorização das pessoas, a inclusão social, as manifestações artísticas e culturais, a qualidade de vida e, por fim, e como começo de tudo, a natureza, sob a forma de projetos paisagísticos que resgate a presença da natureza no espaço urbano (arborização correta, mais árvores, canteiros, hortas urbanas).

PROPOMOS:

1 - Criar e Implementar o Programa Novo Centro visando fortalecer a valorização das pessoas, e não os automóveis), as atividades culturais (economia criativa), comerciais e de serviços, ecológicas, de lazer e de promoção da saúde preventiva física e mentalmente. Este Programa será elaborado em diálogo com os empresários/empreendedores que atuam na região central da Cidade, bem como os usuários da região (trabalhadores, turistas, fregueses das lojas, etc.)

2 - Realizar estudos de implantação de ciclovias seguras em toda a região central e nos Caminhos Turísticos da cidade, bem como de regiões semi-urbanas e rurais de maior concentração população de forma a evitar o uso do automóvel.

3 - Revitalização de todas as trilhas turísticas (Caminho Turístico) e criação de novas (Oratório, Jaboticabal) com adequação de espaços para pedestres e arborização intensa, garantindo a maior permeabilização do solo e a segurança para a caminhada de pedestres.

4 - Reorganizar todo o serviço de transporte público coletivo municipal priorizando a implantação de linhas de ônibus bairros-centro e bairro-bairro, com ônibus preferencialmente não poluentes, modernos e adaptados às pessoas com deficiência, conforme definição das Leis Complementares 226 (2015) . Os horários a serem implantados de transportes serão definidos após pesquisa de mobilidade da população e aprovação pelos Núcleos Locais de Participação Comunitária.

5 - Implantar o Programa Tarifa Zero (Revisão do Artigo 7º da Legislação atual).

6 - Retomar a capacidade de gestão do Sistema de Transporte Municipal (Lei Municipal 2981 e Leis Complementares 226 e 263), sobre o sistema de transporte coletivo, escolar, de táxis, fretamento e por aplicativo, não só garantindo os princípios de justiça social e equidade em todo o sistema, mas qualidade, pontualidade e atualidade.

7 - Garantir que o Artigo 4º (Direitos dos Usuários) seja cumprido rigorosamente pela Prefeitura, considerando que a maioria dos seus itens não são efetivados pelo Poder Público (Executivo e Legislativo).

8 - Atualizar a forma de concessão de transportes coletivos no município, fazendo com que a prefeitura aja de forma transparente e com ampla informação do processo licitatório das linhas.

9 - Retomar a capacidade de planejamento, controle e fiscalização de todo o Sistemas de Transportes em particular o transporte escolar (uso de cintos de segurança adequados, veículos adaptados e compatíveis com as faixas etárias que dele fazem uso) e de fretamento.

10 - Implantar Programa para reduzir mortes no trânsito, melhorando a infraestrutura e a sinalização das vias articuladas com ações de educação no trânsito e iniciar um trabalho de fiscalização nas regiões de maior concentração populacional.

X - Proposta para Programa Municipal Integrado de Combate à Pedofilia, à Violência e de Prevenção ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Esse Programa visa instituir ações de combate à pedofilia, à violência e prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, estabelecendo diretrizes para prevenir e combater crimes contra crianças e adolescentes.

São objetivos desta política pública:

- (a) integrar e estimular a comunicação e o trabalho conjuntos das instituições públicas e da sociedade, visando prevenir e combater a pedofilia e a violência contra crianças e adolescentes;
- (b) incentivar medidas educacionais desenvolvendo mecanismos que incentivem a identificação e denúncia de casos de abuso, garantindo a proteção aos denunciantes;
- (c) capacitar agentes públicos e profissionais de organizações sociais e demais núcleos de organização popular para atuarem na identificação, acolhimento, encaminhamentos de denúncias e ações de apoio/suporte às pessoas que foram submetidas à ações de pedofilia, abuso e violência sexual e moral; e
- (d) incluir como eixo de princípios, metodologia de trabalho e as ações integradas a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes como fundamento do trabalho dos profissionais da educação, saúde, assistência social, conselho tutelar e guarda municipal que atuam na cidade, promovendo sua capacitação permanente, visando a sua atuação identificação precoce, acolhimento, encaminhamentos de denúncias e ações de apoio/suporte às pessoas que foram submetidas à ações de pedofilia, abuso e violência sexual e moral.

Principais ações:

- 1 - Sensibilizar a sociedade sobre a urgência e importância do tema através do desenvolvimento de campanhas educativas e informativas em escolas, comunidades, meios de comunicação e internet, promovendo a conscientização sobre os riscos biopsicossociais da pedofilia e seus impactos sobre o desenvolvimento cognitivo, mental e emocional de quem sofreu tais violências física e moralmente, divulgando os mecanismos de denúncia;
- 2 - Criar Programa de Formação Permanente à Proteção Integral aos Direitos Humanos e aos Direitos de Crianças e Adolescentes para a qualificação e manutenção de profissionais voltados para o combate à violência sexual de crianças e adolescentes;
- 3 - Integrar e Fortalecer Permanentemente a Rede de Apoio às Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso e Violência Sexual em particular o Conselho Tutelar, o CMDCA, Conselhos Municipais da Educação, da Saúde e da Assistência Social buscando facilitar a comunicação entre programas, ações e instrumentos dos diversos atores públicos e organizações sociais que fazem parte da rede, em particular a Prefeitura;

4 - Articular todos Conselhos Municipais do Município, setores do Judiciário (MP, Vara da Infância e Adolescente / Violência Doméstica, da Segurança Pública (PM/GCM/Polícia Civil) e do Legislativo com o objetivo de desenvolver instrumentos e ações de combate e prevenção à pedofilia e à violência contra crianças e adolescentes, garantindo sistemas de denúncia confiáveis e de proteção efetiva às vítimas e suas respectivas famílias, bem como aos profissionais que acolhem as primeiras denúncias de tais violências (professores, profissionais de saúde, da assistência, etc.)

5 - Criar o Mapa da Violência contra Crianças e Adolescentes do Município, com o objetivo de orientar os agentes públicos tanto em medidas socioeducativas, como de segurança pública e cidadã, como por exemplo, iluminação pública, sistemas de monitoramento por câmara, etc.

6 - Fortalecer o sistema de saúde do município, em particular a saúde mental para o acolhimento e atendimento psicossocial de vítimas, garantindo a preservação da exposição pública quando do uso de tais serviços.

7 - Atuar conjuntamente aos órgãos de segurança pública de todas as esferas de poder, na cooperação de informações preventivas e esquematização do perfil da vítima e do pedófilo.

8 - Criação de serviços de apoio psicossocial e jurídico que permitirão o acolhimento e tratamento adequado para as vítimas de pedofilia, buscando promover sua reintegração na sociedade.